



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI – BANESPA		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 500/2002	DATA: 28/5/2002
INÍCIO: 10h41min	TÉRMINO: 11h40min	DURAÇÃO: 59min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 60min	PÁGINAS: 26	QUARTOS: 13
REVISÃO: Waldecíria		
CONCATENAÇÃO: Débora		

DEPOENTE/CONVIDADO – QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Discussão sobre prorrogação dos trabalhos da CPI e convocação de depoentes.

OBSERVAÇÕES



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da 35ª Reunião. Tendo em vista a distribuição de cópia das Atas da 31ª e 32ª reuniões a todos os membros presentes, indago sobre a necessidade de suas leituras.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Sr. Presidente, solicito as dispensas das Atas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Dispensadas as leituras das Atas, a pedido do Deputado Julio Semeghini. Em discussão as Atas. *(Pausa.)* Não havendo quem queira discuti-las, passamos à votação. Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)* Aprovadas. Fiz distribuir cópias da síntese das correspondências recebidas pela CPI, as quais se encontram à disposição dos senhores membros para análise na Secretaria da Comissão. Quero fazer a leitura de documento que recebi na data de ontem, e que encaminhei à Secretaria da Comissão. Documento recebido no dia 27 de maio de 2002: *“Eu, Amaury Ribeiro Júnior, jornalista da revista IstoÉ, registrado no Ministério do Trabalho com o número 17.704, São Paulo, venho, por meio desta, entregar aos senhores membros da CPI do BANESPA estes documentos. Eles foram obtidos de acordo com as leis vigentes do País no 4º Cartório de Títulos e Documentos de São Paulo e no Fórum de Santo Amaro. Assinado: Amaury Ribeiro Júnior, em 27 de maio de 2002. Quero encaminhar esses documentos para que sejam juntados aos autos do processo da CPI”.* O documento é datado do dia 27 de maio, segunda-feira. Portanto, esta CPI só está tomando conhecimento desses documentos na data de hoje, e foram obtidos nos Cartórios de Registro de Documentos e no Fórum de Santo Amaro. Ordem do Dia: audiência para tomada de depoimento, na qualidade



de testemunha, do Sr. Ciro Ferreira Gomes, Ministro da Fazenda, à época da intervenção do BANESPA.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Antes de V.Exa. comunicar as oitivas, Sr. Presidente, primeiro devo dizer que o Jornalista Amaury Ribeiro me telefonou ontem, ou antes de ontem, dizendo que estava querendo entregar documentos à CPI, já que ele se sentia magoado que um trabalho seu tinha sido imputado como um trabalho da CPI. Eu disse a ele que, então, o fizesse diretamente à Secretaria da CPI, que era, obviamente, o lugar adequado para que ele entregasse os documentos. E vejo que ele os entregou. A respeito daqueles citados no requerimento em que a semana retrasada foi questão de ordem movida no plenário desta Casa, na semana passada, e que houve uma decisão do Presidente da Câmara dos Deputados no sentido de que não se deveria ouvi-los pelos aspectos regimentais que cita na sua resposta, eu, como Relator, só me resta citar no relatório os nomes daqueles que estavam no requerimento e pedir que seja encaminhado ao Ministério Público tudo o que tenha e que chegue à CPI referente aos nomes lá citados. Eu não posso fazer juízo de valores a respeito dessas pessoas que tinham sido convocadas, já que eu não pude sequer ouvi-las. Portanto, eu o farei dessa maneira: colocarei o requerimento, à impossibilidade de ouvi-los pela resposta do Presidente da Casa, e, obviamente, como a própria legislação das CPIs determinam, os documentos deverão ser encaminhados aos Ministérios Públicos Estaduais, Federais, enfim aos órgãos competentes, para que faça a sua investigação. Aqueles que já estão investigando, acrescentem nas suas investigações os fatos lá descritos. Primeiro ponto. Segundo ponto, Sr. Presidente, devo esclarecer – primeiro, não preciso nem esclarecer que nem eu e nem V.Exa. estivemos, durante toda a CPI,



necessitando de ir à Polícia Federal, à Superintendência da Polícia Federal, como foi citado, para pedir... nós pedimos... Obviamente, o encaminhamento das convocações é feito através da Polícia Federal, porque a CPI infelizmente não tem condições físicas de estar em todos os lugares onde há necessidade de se comunicar ou o indivíduo tenha sido convidado a prestar depoimentos nesta Casa. Portanto, é de praxe de toda a Casa, de todas as CPIs, sempre que necessário, pedir o auxílio da Polícia Federal. E é o que esta CPI fez, como todas as outras fizeram. Terceiro ponto, Sr. Presidente, fiquei muito triste — e aqui tem dois colegas, tem os colegas da CPI e V.Exa.—, com uma nota citada na revista **Época**, absolutamente lamentável. Lamentável, e mais lamentável quando outros jornalistas de outros veículos de comunicação já tinham me telefonado a respeito disso. E era imputado a mim o pedido e a um outro Parlamentar desta Casa, a pessoa a quem teria procurado rechaçou violentamente, inclusive em resposta em **off**, dizendo que era um absurdo e quem estava passando a nota era alguém que estava criar uma situação que não existia e de profunda mediocridade. Porque sequer — havia a suspeita e temos a suspeita — é membro desta Casa. Então, só para deixar firmado, tenho certeza e espero que meus colegas até se puderem se manifestar que não causou estranheza, mesmo porque sequer acreditaram naquilo, como cita embaixo da nota. Enviarei uma carta à revista e, obviamente, deixo nos Anais claramente que nunca... Mesmo porque o Dr. Maurício é uma pessoa que me ajudou muito na CPI do Narcotráfico, ajudou muito na CPI dos Precatórios, uma pessoa de alto respeito, de profundo respeito nesta Casa. E, quando foi ser trocada em São Paulo a função que ele exerce, inclusive houve manifestos por nós de que ele seria uma pessoa ideal, ou seja, jamais poderia pedir a retirada de alguém que tanto ajuda o País. Mas



isso é só para responder a essa notícia. Em relação ao relatório final, à expectativa de que eu apresentasse hoje o relatório final. Esta Comissão trabalhou conjuntamente com vários Deputados e vários assessores. Acho injusto eu apresentar o relatório final, sem antes passar uma minuta, pelo menos a alguns colegas que se interessaram desde o início para fazer os trabalhos da Comissão, como se fosse uma imposição do Relator. E, portanto, pedi à Casa uma prorrogação por três dias dos trabalhos da Comissão a fim de que, em havendo um feriado esta semana, o que prejudica os trabalhos da Comissão, e para que os colegas da Comissão tenham condições de ler uma minuta do relatório, a fim de que possamos discutir e no momento em que eu apresento o relatório já saibam as questões que obviamente acham que devam ser mudadas, questionadas, enfim, nas suas considerações, nas suas discussões, eu pedi essa prorrogação de três dias. E pedi o apoio dos Parlamentares da Comissão de todos os partidos. Conversei com o Presidente da Comissão, com o Deputado Julio Semeghini, enfim com os Deputados para que a Comissão pudesse tomar conhecimento de uma minuta do relatório, nós pudéssemos discutir e que este Relator tivesse tempo hábil, junto com a assessoria, para citar todos os documentos que a Comissão recebeu e que pudesse minutar com tranquilidade, fazer uma revisão com tranquilidade, já que só na questão de compras e vendas de ações entre pessoas, sejam físicas ou jurídicas, 1.200. São 1.200. Obviamente, não tivemos condições de ouvir todas, mas precisamos organizar isso para encaminhar como anexo do relatório. Não que essas 1.200 tenham praticado ato ilícito. Não que essas 1.200... Deixar claro aqui, porque se não, daqui a pouco, vai aparecer que o Relator vai indiciar 1.200 compradores de ações. Não. Não que tenham cometido atos ilícitos, mas, enfim, foram analisados, e



de todos aqueles que compraram, foram peneirados 1.200 pessoas físicas e jurídicas, que obviamente deverão fazer parte do relatório. Muito provavelmente em uma parte reservada do relatório, para que elas não sejam aí citadas, não é? Enfim... A semana passada, até quinta-feira, nós ouvimos pessoas que tinham comprado e vendido ações do BANESPA. Então, eu não teria condições de apresentar hoje o relatório final. Por isso, eu pedi, com toda tranquilidade, três dias de adiamento dos trabalhos, a fim de que possa ser com tranquilidade o relatório discutido, feito por mim e pelos assessores, e discutido pelos Parlamentares da Comissão. E que ele possa ser aprovado na mais plena e justa condição de que ali não foi atingido ninguém que não deveria ser, não foi ali feita nenhuma injustiça. E que esse Relator também não fique penalizado para sempre, como tendo esquecido de citar alguém que deveria pagar por atos ilícitos que tenha cometido. Então, por esses motivos eu pedi essa prorrogação por três dias, que tenho certeza absoluta que conseguiremos com absoluta tranquilidade. O que, então, me deixaria tranquilo para apresentar o relatório na próxima quarta-feira. Na próxima quarta-feira. E obviamente votado na outra semana. Discutido e votado na outra semana. Então, fica aqui esse comunicado do meu pleito de adiamento de três dias, e as minhas considerações a respeito das infelizes citações, já que eu sequer, sequer, recebi uma ligação do referido veículo de comunicação, para saber o que eu tinha me posicionado a respeito daquilo. O que outros fizeram, e baseados na minha resposta e de outros membros, inclusive do Governo, não publicaram porque viram que era nota absolutamente sem nexo. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Com a palavra o Deputado Julio Semeghini.



O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Sr. Presidente, nobre relator, caros colegas, eu quero fazer uma avaliação rápida desse processo que nós estamos passando aqui. Primeiro, quero dizer que apoio integralmente a prorrogação de prazo, da minha parte Deputado, porque acho que o que nós não podemos perder realmente é o debate do relatório. Isso é o fruto do que nós temos nesse trabalho todo. Se não, porque que eu teria perdido, e nós teríamos perdido tanto tempo nosso e de tantas pessoas da sociedade brasileira? O mais importante é esse relatório. O relatório deve com clareza colocar algumas coisas. E quero dizer a V.Exa. que faço questão, como disse antes, de acompanhar o relatório para saber realmente como é que vai ser citado, realmente, o Ricardo Sérgio, e todos aqueles outros que não vieram aqui. Como disse antes, nós temos de esclarecer esse caso. Quero só lembrar também que o Ricardo Sérgio, ele não fugiu de ter vindo aqui. V.Exa. mesmo intimou, ele imediatamente recebeu, assinou e estava se preparando para vir. O que o nosso Partido quis fazer nisso era não transformar num debate que tivesse um desvio mais eleitoral do que qualquer coisa da CPI, que nós achamos que é muito para o povo do Estado de São Paulo, principalmente. Então, eu acho que nós vamos fazer isso, é importante. Apoio plenamente a prorrogação por três dias do relatório, para que a gente possa continuar debatendo, e chegarmos a um relatório que realmente represente aqui as informações, todas as testemunhas que foram ouvidas e todo o nosso trabalho. Em relação à nota, nobre Deputado Tuma, quero dizer que eu também lamento muito. Procurei várias pessoas do Governo, como chama — pessoas do Governo é fácil, eu queria saber o que é considerada pessoas do Governo, quantas mil pessoas podem se considerar como pessoas do Governo. As pessoas do Governo que deveriam se pronunciar em relação a um



processo desse aqui, em que tivesse acontecido alguma coisa, nenhuma foi quem passou. E eu, pelo menos, não consegui ter informação nenhuma. Então, por meu Partido ser do Governo, na verdade, não mais do que isso, também fico aqui abismado de que tenha sido colocada uma nota dessas, querendo parecer que na verdade tivesse aqui um ambiente, qualquer coisa desse tipo. Os Deputados não ficaram assustados coisa nenhuma, nem aquilo é verdade da matéria, nós sabemos que isso não está sendo feito. Nós sabemos da transparência como nós estamos discutindo, dentro de uma Casa Legislativa que tem as representações e interesses de Partidos diferentes, posições diferentes em relação a essa CPI, mas que nunca aqui foi colocado nada do que essas notas tentaram relacionar V.Exa. Quero deixar registrado nesta Casa que eu, pelo menos, sou testemunha, independente de qualquer posições diferentes — é óbvio que a gente tivesse isso — que não teve nada desse tipo. Não tem tido isso. Nós temos tido a liberdade realmente de discutir, debater e ter acesso a todas as informações. Todos aqueles que quiseram sugerir pessoas para que fossem ouvidas, essas coisas. V.Exa. e o Presidente realmente conduziram de maneira mais democrática possível, mesmo que tenha havido esse embate possível, não quero dizer que nosso partido não tem nada a ver com isso. Não concordo, de forma nenhuma, com uma nota desse tipo que relaciona o nome do Relator. A gente pretende um dia ainda deixar claro em público e esclarecer isso daí. Em relação aos documentos que estão sendo entregues, depois eu gostaria de acompanhar e dar uma olhada. Vou fazer isso com a secretaria e com o pessoal da Mesa, mas quero dizer o seguinte: realmente, é uma pena que a gente não tenha tido as duas audiências de hoje. Elas teriam sido importantes, como nós sempre dissemos. Mas acho que o enfoque principal agora tem que ser realmente que a



gente, pelo menos, acabe de uma maneira transparente aqui o relatório para que a gente não perca todo esse trabalho e para que o Ministério Público e as outras autoridades aqui do País possam realmente continuar investigando. E eu faço questão de que todos aqueles membros que foram citados naquele relatório e que não estiveram aqui prestem todos os esclarecimentos necessários ao Ministério Público e às outras autoridades competentes, Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Deputado Ricardo Berzoini.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Sr. Presidente, como cheguei após o início da reunião não estou com a informação oficial sobre a ausência...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Não, eu vou ler agora.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Recebi extra-oficialmente a informação, mas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Eu gostaria de ler.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Gostaria até de falar posteriormente, então.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Pois não. V.Exa. terá a palavra assegurada. Quero informar que esta Comissão recebeu a seguinte carta do Sr. Ciro Ferreira Gomes, justificando a sua ausência em virtude de compromissos políticos já agendados. Vou ler a carta: *“Sr. Presidente, solicito a V.Exa. determinar providências, a fim de justificar minha ausência à reunião do dia 28 de maio, terça-feira, às 10 h, da Comissão Parlamentar do BANESPA, onde deveria comparecer como depoente, em virtude de compromissos políticos já agendados com antecedência para essa mesma data os quais não poderia deixar de comparecer. Na*



oportunidade, informo a V.Exa. que estou à disposição para o cumprimento desta missão assim que for agendada nova data. Desde já, agradeço a compreensão de V.Exa., com votos sinceros de estima e consideração. Atenciosamente, Ciro Gomes.” Esta correspondência chegou ontem, no final da tarde. Foi recebida em 27 de maio, na secretaria da Comissão. E o aviso 289 do Ministério da Fazenda: *“Brasília, 27 de maio de 2002. Sr. Presidente, reporto-me ao ofício n.º 133/02-P, de 24 do corrente, para informar a V.Exa. que, devido a compromissos previamente agendados, encontro-me impossibilitado de participar de audiência pública dessa CPI a realizar-se no próximo dia 28 de maio, terça-feira, às 15 horas, no Plenário nº 6 do Anexo II da Câmara dos Deputados, para prestar depoimento sobre fatos pertinentes ao objeto de investigação dessa Comissão Parlamentar de Inquérito. Diante do exposto, muito agradeceria a marcação de nova data que me permita atender à convocação dessa Comissão. Atenciosamente, Pedro Sampaio Malan, Ministro de Estado da Fazenda.*” O ofício é dirigido a mim e foi protocolado também ontem na secretaria da Comissão. Com a palavra o Deputado Ricardo Berzoini.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Sr. Presidente, gostaria de insistir no fato de que os depoimentos do ex-Ministro Ciro Gomes e do Ministro Pedro Malan, no meu entendimento, são importantes para esta Comissão, senão essenciais para entendermos a natureza e os detalhes da decisão tomada sobre a intervenção do BANESPA e inclusive a data da intervenção — detalhes políticos e detalhes técnicos dessa operação —, assim como creio que não podemos deixar em aberto a audiência com o proprietário e sócio da Corretora Link. Creio que não devemos encerrar os trabalhos sem ouvir o que a Link tem a dizer sobre a informação prestada pela diretora da Corretora RMC. Então, nesses dois casos,



gostaria de indagar da Mesa quais serão os procedimentos para que possamos garantir, sem prejuízo da confecção do relatório, que possamos ouvir essas pessoas. Em relação à nota publicada pela revista **Época**, eu tenho sido bastante ácido, duro, com as pessoas que praticam esse tipo de jornalismo. Eu creio que é normal que os Parlamentares conversem com a imprensa, é normal que autoridades do Governo conversem com a imprensa, agora, é leviano quando se pratica qualquer tipo de ilação, qualquer tipo de comentário maldoso, e a revista ou o jornal publicam de maneira completamente descompromissada com a apuração do fato. Nesse caso, particularmente, nós não temos motivo algum para supor que o nobre Relator faria esse tipo de procedimento. E creio que o nosso comportamento na CPI é o melhor atestado disso, porque esta CPI já sofreu diversos momentos de pressão política e em nenhum momento se deixou levar por essas pressões. Portanto, quero registrar também o meu repúdio a esse tipo de nota, não apenas a essa nota especificamente, mas a esse tipo, a essa espécie de jornalismo, de colunas, que ficam dizendo que fulano disse isso, fulano disse aquilo e, depois, é difícil até apurar se o jornalista não produziu a nota no afã de garantir a confecção da sua coluna. Eu não vi a referida matéria, uma pessoa que leu me ligou ontem para comunicar, mas eu creio que é lamentável que isso aconteça. Creio que também é lamentável, e quero manifestar aqui de maneira muito leal ao nosso colega Julio Semeghini, como foi lamentável também o procedimento do PSDB em relação à busca de impedir esta Comissão de ouvir o Sr. Ricardo Sérgio e outras pessoas em relação ao caso que ocorreu com a internação de dinheiro através do BANESPA. Creio que, por mais que se tente descaracterizar a ligação disso com o caso BANESPA, evidentemente, pode ter conexão sim, até porque, posteriormente, tomamos conhecimento das



conexões do Sr. Vladimir Rioli com a aprovação de empréstimo a empresas relacionadas ao Sr. Gregório Marin Preciato, que tem relações fortes com o Sr. Ricardo Sérgio e também tem relações fortes com o Sr. José Serra. Tenho sido muito cuidadoso nas minhas declarações à imprensa para não fazer qualquer julgamento do ponto de vista de interesse eleitoral, até porque eu creio que nesse momento não nos interessa, não interessa a ninguém isso, não interessa transformar as eleições presidenciais num processo de dossiês ou de acusações mútuas, porque, como a eleição tem data marcada, muitas acusações, até se apurar e até se verificar a culpa ou a inocência de qualquer um, acabamos tendo a conclusão da apuração só depois da eleição. Então, o seu efeito eleitoral, a favor ou contra qualquer candidato, pode ser desastroso, independentemente de ter, de fato, fundo de verdade ou não. Então, nesse sentido, Sr. Presidente, eu creio que o importante seria ouvirmos, com sobriedade e sem qualquer tipo de interesse de formatar um palanque político, mas com o objetivo de apurar, ouvir o Sr. Ricardo Sérgio. Evidentemente, o Sr. Ricardo Sérgio poderia prestar o seu depoimento, como esta Comissão tem se comportado, ouvindo pessoas das mais diferentes tendências políticas ou interesses econômicos, de maneira sóbria, tranqüila, sem que haja exploração política por parte dos Deputados. Portanto, quero registrar para o Deputado Julio Semeghini e para o PSDB que eu lamento que isso tenha ocorrido, porque foi uma operação conjunta, não foi só na CPI do BANESPA. Se fosse só na CPI do BANESPA, eu entenderia como legítimo o argumento do PSDB, de que o fato, ainda que discordando, ocorreu antes do RAET. Mas ocorreu isso na Comissão de Fiscalização e Controle, com requerimento de minha autoria. Por duas vezes, não pôde ser votado por falta de **quorum**, e o Governo retirou o **quorum** da primeira



vez e, da segunda vez, não garantiu o **quorum** para aprovação. Evidentemente, nós precisaríamos ter a aprovação também com a participação de Deputados da base governista, e também o Sr. Ricardo Sérgio se recusou a depor no Senado, alegando também que não gostaria de transformar num evento político-partidário eleitoral. Eu creio que esse tipo de comportamento não ajuda, porque todos nós aqui podemos ser objeto de qualquer investigação nesse período, e a investigação, se for conduzida com seriedade, como têm feito o Presidente, o Relator e os membros desta Comissão, eu creio que não servirá, em hipótese alguma, de elemento político-partidário ou de palanque para qualquer interesse eleitoral.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Deputado Ricardo Berzoini, Srs. Deputados, Sra. Deputada, Sr. Relator, antes de responder a indagação de V.Exa., apenas para que não pare qualquer dúvida, os documentos que estão sendo encaminhados ou que foram encaminhados a esta CPI na data de ontem pelo jornalista Amaury Ribeiro Júnior são os documentos que embasaram a reportagem da revista **IstoÉ**. Eles estão sendo juntados aos autos da CPI e isso demonstra que as colocações que foram feitas, de que teria havido vazamento de documentos por parte desta CPI, não corresponde à realidade. Faço questão de fazer esse registro porque esta CPI não possuía esses documentos que estão sendo juntados hoje e que embasaram a reportagem da revista **IstoÉ**. Quero também fazer a leitura do documento enviado pelo advogado do Sr. Marcelo Mendonça de Barros, que seria ouvido, como depoente, em que solicita adiamento, para que ele seja ouvido depois do dia 27, porque foi submetido a uma pequena cirurgia no Hospital Albert Einstein. Esta CPI já oficiou ao Hospital Albert Einstein, para solicitar os documentos necessários. Quero dizer que compartilho das preocupações apontadas



por V.Exa. em relação aos depoimentos que deverão ser feitos na data de hoje. Temos um problema de tempo, ou seja, de apresentação do relatório final, marcado para a próxima quarta-feira, dia 5, pelo Deputado Robson Tuma. Diante disso, como nós dependemos, para que essa data seja mantida, da aprovação ou não de um requerimento de prorrogação por três dias da CPI para a audiência, ou melhor, para discussão do relatório final, me reservo, Deputado Ricardo Berzoini, eu acredito que nós precisaríamos fazer uma reunião reservada dos membros desta Comissão, para verificar se há data disponível, para que possamos ouvir as pessoas. Nós poderemos fazer essa reunião logo em seguida ao término desta reunião aberta. Nós poderemos nos reunir e verificar se há data disponível, porque temos todo interesse em que sejam ouvidos o ex-Ministro Ciro Gomes, o Ministro Pedro Malan e o Sr. Marcelo Mendonça de Barros, que, a essa altura, já terá se recuperado da pequena operação a que foi submetido, ao que tudo indica, de urgência.

Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Sr. Presidente, já que o Sr. Marcelo mandou ofício, é óbvio que já está explícito que é por causa da compra e venda de ações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – O ofício foi por causa da cirurgia de postectomia.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Sim, mas é óbvio se ele foi convocado e não foi citado, está entre aqueles que não foram divulgados. Então, a questão óbvia...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Só para esclarecer, postectomia é popularmente conhecida como fimose.



O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O fato de essas pessoas na qual a CPI chamou a respeito de compra e venda de ações, o fato do indivíduo vir aqui prestar esclarecimentos é uma maneira de ele demonstrar que não houve má-fé ou não houve informações privilegiadas. Não significa que ele vindo ou não vindo prejudique a sua citação no relatório. Ele deverá ser citado, até mesmo porque foi citado em outros depoimentos. Inclusive, a própria assessoria já está anotando, como ele foi citado em outros depoimentos, deverá ser citado no relatório. É óbvio que gostaríamos de ouvi-lo, até para que ele tivesse a oportunidade de explicar o que aconteceu, mas já que não o quer ou não pode por uma questão de saúde, é uma questão individual. A respeito dos dois Ministros, todos nós, sem a menor exceção, seja o Deputado Julio Semeghini, do PSDB, os Deputados do PSDB, os Deputados do PFL, do PMDB, PT, todos os partidos desta Comissão, é claro que todos querem ouvir o Presidente, o Ministro da Fazenda e o Presidente do Banco Central no momento em que, obviamente, aconteceu tudo isso. Eu pedi prorrogação de três dias porque nós tivemos que ouvir pessoas até quinta-feira e teríamos que ouvir até hoje. Eu não posso ouvir hoje qualquer pessoa e apresentar o relatório dois minutos depois, mesmo por que um depoimento, seja ele de quem for, pode mudar todo o processo. Imaginem assim: Vem aqui o investidor X e fala assim: Olha! Eu, como todos os outros, ficamos sabendo antecipadamente, porque o banco que estava avaliando falou para todo mundo que estavam sendo vendidas amanhã ações do BANESPA, então, saímos todo mundo correndo e compramos hoje no pregão da bolsa. Eu mudo tudo. Vem o ex-Ministro ou o Ministro e fala: Olha! Eu fiz isso naquele dia tal, tal, tal. Nós temos que buscar os documentos, tentar buscar o documento que mostra que ele fez ou deixou de fazer e que pode, obviamente,



mudar todo o relatório. Então, se eles não puderam vir hoje, se existe alguma informação relevante, eu peço publicamente que eles encaminhem até amanhã. Agora, se nós formos marcar uma nova data para que eles sejam ouvidos, eu também peço que, em vez de três dias, me dêem dez dias de prorrogação. Então, eu já pedi os três dias baseado nos acontecimentos até hoje. Se for marcado para serem ouvidos na semana que vem, que — óbvio — todos nós queremos, eu preciso de uma prorrogação maior. E eu, particularmente, sempre tive, e quem acompanhou, da imprensa e assessores que me acompanharam na CPI do Narcotráfico, que passou o seu trabalho durante um período eleitoral, que foi a campanha municipal, eu sempre defendi a tese de que as CPIs deveriam parar os trabalhos por volta de 3 meses, 3 meses e meio, 4 meses antes das eleições. Por quê? Naquele momento nós começamos a receber muitas denúncias sobre Prefeitos, sobre Vereadores que faziam parte do narcotráfico da cidade que podiam até ser verdade, mas também davam grandes indícios, por quem acusava, de ser picuinha eleitoral. E nós tínhamos aquela preocupação no sentido de que a Comissão não fosse usada no aspecto eleitoral. Imagine a CPI do Narcotráfico convidar para depor o Prefeito “x” porque recebemos uma informação de que ele era o chefe do tráfico da cidade. Mesmo que a gente provasse que não era verdade, o fato de ter sido citado, aquilo tinha destruído a carreira e o nome do indivíduo até que ele recuperasse. Então eu sempre fui a favor de que CPIs, mesmo que continuassem seus trabalhos, que se interrompessem nos períodos que poderiam ser considerados eleitorais. Então, mesmo que se ouça os dois Ministros e se prorrogue, que não se prorrogue por mais do que esses dias, dez dias que sejam, se for ouvir os dois Ministros. Se não, três dias está ótimo, porque o que eu tenho já



vou fazer o relatório. Se os Ministros tiveram algum fato relevante e não forem depor nesses dias por qualquer outro motivo, que então cite para que não digam: *Ah! Mas quando eu fui Ministro eu fiz isso. Ou: Eu, quando fui isso, fiz aquilo e a CPI não citou.* Então, que informem, porque sabem os atos que cometeram. Se foram relevantes, que informem à Comissão. Agora, só para terminar, Sr. Presidente, vou deixar bem claro: não existe a menor condição de nós ouvirmos um Ministro ou um ex-Ministro na terça-feira e eu apresentar o relatório na quarta. Se forem ouvidos como eu quero, como V.Exa. quer, o Deputado Ricardo quer, a Deputada Iara quer, o Deputado Semeghini quer, porque foram pessoas importantes no processo, que então se providencie também uma prorrogação um pouco maior para que eu possa pegar os depoimentos dos dois e adaptar no relatório, que já tem trezentas páginas, mais de trezentas páginas. Imaginem, tem que reler tudo, saber onde vai colocar aquela questão, enfim, é complexo. Então, se os dois tiverem algum motivo que seja extremamente importante, que já coloquem por escrito à CPI, independente dos seus depoimentos ou não, para que a CPI já possa adiantar os trabalhos de procurar os documentos, de procurar os fatos. Enfim, que ela possa citar esses fatos que eles consideram importantes. Nós ouvimos membros da Comissão em inquérito do Banco Central; do Conselho de Administração do BANESPA; da antiga administração do BANESPA antes da RAET; os três administradores do BANESPA durante a RAET; da Federalização; o Presidente do Banco Santander, que foi da Federalização; os avaliadores, tanto por parte do Estado quanto por parte da União, do BANESPA; a empresa que foi escolhida para avaliar e montar a privatização do BANESPA; o órgão que foi contratado para ser o organizador dos avaliadores, seja o contratado pelo Estado de São Paulo, seja o contratado pela União; nós ouvimos



ex-secretários do Governador Mário Covas que mostraram claramente a indignação do Governador Mário Covas de não conseguir segurar o banco para o Estado de São Paulo — e, aliás, não precisava nem citar, nós já acompanhamos isso tudo pelos jornais —, enfim, nós ouvimos investidores do banco. Fora todas as pessoas que nós ouvimos, nós analisamos aí mais ou menos umas 25, 30 mil páginas de documentos, mais ou menos 25, 30 mil páginas de documentos, não tenho o número exato aqui. São 30 mil páginas de documentos, não são uma, duas. Então, não adianta falar que vai se conseguir fazer... Eu não posso fazer um relatório sem citar um depoimento. E não adianta dizer que faz o relatório em 24 horas, porque também não dá para fazer, a gente faz minuta, a gente faz... Mas é óbvio, tem que ler, reler, são 30 mil páginas reduzidas a 1%, em 300 páginas. Então, é muito complicado fazer esse relatório de supetão: faz aí, termina e apresenta o texto. Então, eu pedi a prorrogação de três dias para fazer com os dados que eu teria até hoje, se eventualmente for aumentar o rol de testemunhas, um rol que todos nós queremos ouvir, quanto mais gente melhor, então que seja negociado, também, um prazo de prorrogação maior, caso contrário, ficará inviável, para este Relator, fazer o relatório completo. Ou seja, vou fazê-lo sem citar os depoimentos que aconteceram nas vésperas da apresentação e que me sentiria mal de fazê-lo incompleto, como todos nós aqui nos sentiríamos mal, os senhores, de votar um relatório incompleto. Então, eu só faço essa manifestação de apelo, manifestando o interesse e a vontade de ouvir todos que estão aí, não só os dois Ministros, mas eu adoraria ouvir todos os outros que não puderam comparecer por um motivo ou por outro e até mesmo por falta de tempo da Comissão. Mas, se a Comissão entender que deva marcar e afirmar isso, peço e apelo para uma prorrogação maior, sempre, por favor,



mantendo o prazo de que estamos em um ano eleitoral e que obviamente não queremos ser nem acusado e nem ver a CPI sendo usada por questões eleitorais.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) - Deputado Bispo Wanderval.

O SR. DEPUTADO BISPO WANDERVAL - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, a não presença das duas pessoas — do ex-Ministro Ciro Gomes e do atual Ministro Pedro Malan — cria um grande ponto de interrogação. E diante disso quero referendar o requerimento, o pedido do Relator, do meu partido, que é referendar essa prorrogação por mais 10 dias, porque é importante, é de fundamental importância. E eu quero dizer ao Relator que incompleto eu não voto, e certamente que a não contribuição... Porque o Ministro Pedro Malan e o ex-Ministro Ciro Gomes iriam dar uma grande contribuição, uma resposta à sociedade. Eu estava até para perguntar a V.Exa. se nós iríamos persistir na vinda deles, ainda que com o convite, antes de encerrar o relatório, dado a esse pedido, a esse requerimento do Relator, desses 10 dias, se iríamos insistir na vinda tanto do ex-Ministro Mendonça de Barros, que já mandou o... desculpe...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) - ... o filho

O SR. DEPUTADO BISPO WANDERVAL - ... o filho, pois é, esse que operou a fimose; o Pedro Malan e o Ciro Gomes. Então, certamente, Sr. Relator, Sr. Presidente, que a não contribuição dessas figuras importantes e que estiveram ligadas diretamente no processo de entrega ou de venda ou de privatização — entenda como queiram —, a não contribuição, certamente que o Relatório irá ficar incompleto. E incompleto eu não voto. Então, vamos insistir para que essas figuras



venham à CPI, não para prestar conta a mim, como Deputado, mas prestar conta à sociedade, que está à espera de uma resposta. Quem não deve, não teme. Agora, quem deve, deve tremer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) - Com a palavra a Deputada Iara Bernardi.

A SRA. DEPUTADA IARA BERNARDI - Sr. Presidente, eu acho nós precisaríamos dessa definição aqui, e o Presidente tem que responder a essa questão, porque isso aqui é uma CPI, é uma Comissão Parlamentar de Inquérito. As pessoas, simplesmente, por compromissos anteriormente assumidos, não comparecem a uma CPI, com argumentos que não justificam a ausência. Compromissos de campanha, por exemplo, impedem que se venha dar um depoimento na CPI? Que compromissos tem o Ministro Malan que não pode comparecer? E essa prorrogação nos vai dar problema que possivelmente não serão ouvidos, e me parece um argumento, um artifício para não comparecer, exatamente para não estarem aqui para serem questionados, para responderem perguntas e assim por diante. Então, nós teremos que ter uma resposta com relação a isso, como a CPI vai agir, se não teríamos que novamente submeter ao Plenário mais um pedido de prorrogação, que não sei nem se seria aprovado mais um prazo para a continuidade dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) - Deputada Iara Bernardi, eu quero dizer a V.Exa., ao Bispo Wanderval, aos membros desta Comissão que esta CPI de forma alguma poderá encerrar os seus trabalhos de forma incompleta. Esta é a posição. Quando requeri a instalação desta CPI foi exatamente para que todos os fatos fossem devidamente apurados. E diante disso,



para que não se alegue qualquer falta de tempo para redirecionamento de compromissos, para que não se alegue qualquer fato que impeça a presença dessas pessoas, eu vou remarcar a audiência dos depoentes, que deveriam comparecer no dia de hoje, para a próxima terça-feira. Na próxima terça-feira nós, em horário que comunicarei aos Srs. Membros da Comissão. Provavelmente um depoimento será feito às 11 horas da manhã e o outro depoimento será feito à tarde; e também para a mesma data estará convocado o Sr. Marcelo Mendonça de Barros, para que não se alegue qualquer tipo de atraso. Digo também aos senhores que vamos entrar em contato com a Presidência da Casa para que haja esta prorrogação necessária para votação do relatório final, porque nós não podemos correr o risco também de que não haja votação do relatório final em razão do prazo curto que temos para ele. E quero dizer que essas pessoas estão convocadas e não convidadas. E, portanto, elas devem comparecer à CPI por obrigação legal. Portanto, a minha decisão é neste sentido, no sentido de que haja uma nova convocação para que venham depor nesta CPI sobre os fatos apontados, os depoentes marcados para o dia de hoje. Eu indagaria ao Sr. Relator se há possibilidade de pelo menos parte do relatório ser encaminhado de forma informal aos Srs. Deputados antes do feriado, ou seja, até o final de amanhã à tarde, para que nós possamos já ir adiantando o trabalho. Queria saber se é possível informalmente fazer isso para que nós possamos ganhar tempo. Mas a decisão dessa Presidência já está tomada, Deputada Iara Bernardi. Eu concordo com as observações de V.Exa.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Temos os assessores da Câmara dos Deputados que estão ajudando na elaboração do relatório, um assessor do Banco Central, também incorporado aos assessores da Casa, e os assessores jurídicos



também da Câmara dos Deputados. Então, nós temos do Tribunal de Contas também um assessor, um assessor do Banco Central, assessores jurídicos e técnicos da Câmara dos Deputados. Os nomes obviamente eu citarei no relatório final com agradecimento. Alguns são meio chatos, ficam pegando no meu pé, mas eu vou citar todos com agradecimento, porque sempre tentam pegar no meu pé do lado bom. E obviamente a semana passada eu já passei com eles uma prévia de uma minuta de relatório, que está sendo obviamente revisada. Não está tudo ali. Obviamente, algumas coisas poderão ser mudadas, deverão ser mudadas. Sentaremos hoje até a hora que tiver que terminar para que pelo menos uma minuta parcial seja entregue amanhã aos Deputados. Eu só não sei se obviamente como são 300 páginas se a gente consegue tirar o xérox para todos, mas aí passaria uma cópia para V.Exa. de uma minuta, ao Deputado Marcelo Barbieri, como representante do PMDB, ao Deputado Julio Semeghini, como representante do PSDB, para a Deputada Iara e para o Deputado Ricardo, como representante do PT, o Bispo Wanderval, como representante do PL, para que obviamente eles e os colegas dos partidos, que se quiserem tirem cópia nas lideranças partidárias para ficar mais fácil. Então, até amanhã à tarde algum assessor da Comissão, o Francisco vai encaminhar a algum assessor da Comissão para mandar uma minuta para os senhores do relatório. Mas deixa claro é uma minuta. E com certeza pontos ali serão modificados. Só para amanhã não sair na imprensa que estava citado José de uma maneira e mudou o José para outra. É até para que essa revisão seja feita por todos os companheiros, mesmo porque o relatório vai ser votado por todos e vai deixar de ser do Relator e vai passar a ser da Comissão. Então, eu vou pedir para



que seja distribuída, até para que todos tenham uma possibilidade de uma revisão nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) - Bem antes de encerrar, eu gostaria de prestar a minha solidariedade pessoal e como Presidente desta Comissão ao Deputado Robson Tuma em razão da matéria que foi publicada, que cita o seu nome numa das revistas semanais dessa última semana. Sou testemunha do empenho do Deputado Robson Tuma para que esta Comissão apure os fatos de forma absolutamente isenta e, por isso, eu quero transmitir a minha solidariedade pessoal, e tenho certeza que falo em nome dos integrantes desta Comissão. V.Exa. pode ter certeza de que nós temos absoluta convicção de que jamais houve, nem haveria uma atitude menor, pequena, eu diria uma atitude pedestre como aquela apontada na Comissão... Perdão, apontada na revista e V.Exa. jamais tomaria uma posição como aquela. Então, receba a solidariedade dessa Presidência e tenho certeza dos membros desta Comissão. Quero também esclarecer, da mesma maneira, que esta Comissão não admitirá e não permitirá a partidarização da apuração dos trabalhos. Há uma clara tentativa nesse sentido de tentar invalidar os trabalhos da Comissão, dizendo que a Comissão se presta, está a serviço desta ou aquela pessoa. Por isso, insisto e faço questão que sejam ouvidas as pessoas que deveriam ser ouvidas no dia de hoje. Os documentos que nós juntamos hoje ao processo e foram encaminhados ontem à Comissão demonstram que não se poderia de forma alguma, a não ser que esta Comissão tivesse o dom da premonição, nós poderíamos ter encaminhado ou deixado vazar documentos que não estavam ainda em poder da Comissão. A partir de agora estão e, a partir de agora, a Comissão tem conhecimento deles. Mas nós tomamos conhecimento



desses documentos da mesma maneira que todos os brasileiros tomaram, através da entrevista da revista **IstoÉ** que hoje estamos juntando os documentos que ontem forma encaminhados pelo repórter à Comissão. Diante disso e salientando... Deputado Marcelo Barbieri.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI - Sr. Presidente, apenas uma dúvida em função dessa notícia que V.Exa. coloca dos documentos. Eu queria saber se já a possibilidade de colocação de alguns citados, porque pelo menos o Vice-Presidente do BANESPA à época deu uma repercussão à entrevista que ele deu à **IstoÉ**, em que ele se coloca de uma maneira do ponto de vista de funcionamento da instituição BANESPA legal. Agir legalmente, sem problema nenhum. Não sei se há tempo, se o Relator pensou na possibilidade de convidá-lo a comparecer à Comissão, se há tempo, em função do prazo que temos aí. Não tem mais prazo para prorrogar a CPI, e não queremos deixar que ela não se conclua. Qualquer atitude que signifique a não conclusão da CPI, acho que é um desastre para o País. Não para nós, para o País. Porque acho que a CPI apurou evidências, dados e elementos suficientes para encaminhar a quem de direito para que se tome medidas cabíveis, em função do prejuízo que causou, principalmente ao Estado de São Paulo. Então, eu gostaria de saber de V.Exa. se há alguma tentativa nesse sentido e se não há, em função da não possibilidade de tempo e de prazo legal?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) - Deputado Marcelo Barbieri, quanto à reportagem que foi feita, nós solicitamos que a própria secretaria da Comissão, diante agora dos documentos juntados, verifique se está ou não sob a proibição que consta da decisão do Presidente da Câmara. Se nós não pudermos ouvir sequer o então Vice-Presidente do BANESPA, embora tivéssemos ouvido



outros diretores do BANESPA na época...É que nós temos uma decisão do Deputado Efraim Moraes que impede que sejam ouvidas as pessoas citadas, em razão de estar fora do período de apuração da RAET. Como ele deu provimento à questão de ordem, tornando sem efeito a provação do requerimento, e o requerimento não incluía o Vice-Presidente do BANESPA à época, vamos verificar se esta decisão alcança também ou não o Sr. Vladimir Rioli. Se não alcançar, nós poderemos inclusive ouvi-lo, está certo?

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Porque, Sr. Presidente, eu entendo que nós já convidamos aqui o Presidente que antecedeu à RAET. Ele esteve depondo aqui nesta Comissão, chamamos empresas que tomaram empréstimo fora do período do RAET...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) - Sem dúvida, sem dúvida.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI - ...e por quê? Nós fizemos um acordo político no início desta Comissão que nós não íamos limitar o tempo à RAET, até porque se houvesse alguma irregularidade anterior ou posterior, nós deveríamos apurá-la. Esse entendimento foi feito pelo conjunto dos partidos desta Casa, nesta Comissão. Todos aprovaram esta decisão. Muito embora isso seja um assunto específico que constou em função de uma interpretação política do momento em que foi se colocado as pessoas daquele requerimento, entendo também que essa questão não tem nada a ver com política, tem a ver com uma irregularidade praticada e que tem que ser apurada. Como houve indícios que apontaram alguma possível irregularidade fora do período da RAET, anterior, nós da Comissão apoiamos a requerimento do Sr. Relator. Se não houver contestação, Sr. Presidente,



eu acho que seria útil que nós ouvíssemos essa testemunha, até para esclarecer, porque é um assunto momentoso que está aí. Se a CPI também não se posiciona, parece que estamos prevaricando, omitindo a nossa possibilidade de investigar esse assunto, até para esclarecer à opinião pública. Não estou aqui prejudgando também. Não sei se está errado ou se está certo. Apenas a não avaliação de um assunto como este poderá implicar que, bom: a CPI não quis apurar. Se nós decidimos nos inícios dos trabalhos que iríamos apurar tudo, e foi consenso, não é? Eu apenas levanto essa questão. Se V.Exa. puder interpretar... se não houver contestação, eu acho que seria o caso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) - Eu vou analisar, eu vou pedir aos assessores da CPI que analisem esses documentos que foram encaminhados hoje. Tomarei uma decisão a respeito do assunto, mesmo porque eu já estou encaminhando, já pedi que fosse elaborado uma minuta, encaminhando ao Sr. Presidente da Casa a nossa insatisfação em nome da Comissão pela questão de ordem que foi colocada e foi acatada pela Presidência da Comissão desta Casa, já que entendo que houve dois pesos e duas medidas. Mas de qualquer maneira, quero lembrar que não há menção no requerimento, que foi impugnado, ao nome do Sr. Vladimir Rioli, e que ele já está previamente convocado, inclusive, como todos os ex-diretores do BANESPA, no período dos cinco anos anteriores a RAET. Eu vou submeter essa questão à Comissão, e se houver a possibilidade de que ele seja ouvido, ele será ouvido, também na terça-feira. Nós faremos aqui um esforço na terça-feira para ouvir os dois Ministros que nós vamos reconvocar: o Sr. Marcelo Mendonça de Barros que, espero já tenha se recuperado da sua urgente e premente operação; e também, se for o caso, se a assessoria da Comissão entender que não



está abrangida a proibição de ouvir o Sr. Vladimir Rioli, ele será também ouvido na terça-feira. E nós avisaremos o horário do início dos trabalhos. Então, fica claro porque esta Comissão, como já disse, ela não será partidarizada, Deputado Marcelo Barbieri. Nós queremos realmente apurar a verdade, e queremos, principalmente, divulgar o relatório. Ela também não pode ficar inconclusa, que seria o pior dos mundos para esta Comissão. Nada mais havendo a tratar vou encerrar os trabalhos, mas antes informo que a pauta da próxima reunião será encaminhada aos gabinetes dos Srs. Membros desta Comissão. Peço aos Srs. Deputados que entrem em contato com os líderes de seus partidos para que nós possamos aprovar a prorrogação solicitada pelo Sr. Relator. Está encerrada a reunião.